



D7291C49

e-DOC D7291C49
Proc 24415/2013**Sindicato dos Trabalhadores Bombeiros Profissionais do Distrito Federal**

CNPJ: 07.316.380/0001-17 Registrado no MTE 46000.003925/2005-26

OF. SINDBOMBEIROS/DF. Nº: 21111602

Brasília/DF, 21 de Novembro de 2016.

AO _____

AC: Gestor de Contratos

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL**ASSUNTO : CCT 2016 - CUMPRIMENTO IMEDIATO**

Prezados(as);

O SINDICATO DOS TRABALHADORES BOMBEIROS PROFISSIONAIS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL - SINDBOMBEIROS/DF, representante dos empregados bombeiros civis, (brigadistas), da base territorial do Distrito Federal, contratados direta e indiretamente, por empresas publicas e privadas, inscrito sob o CNPJ nº: 07.316.380/0001-17, devidamente registrado no MTE nº: 46000.003925/2005-26, vem por meio desta, por intermédio de seu presidente, NOTIFICAR os TOMADORES DE SERVIÇOS DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO DO DISTRITO FEDERAL acerca da seguinte situação:

A Convenção Coletiva de Trabalho 2016 do Sindbombeiros/DF, encontra-se válida e vigente (DF 000037/2016), ante o Ministério do Trabalho e Emprego, devendo ser cumprida integralmente.

Foi impetrado Mandado de Segurança (0000245-51.2016.5.10.0000) para que o SEPEBC pudesse representar as empresas que exploram a atividade de bombeiro civil no DF, tendo como decisão a seguinte liminar:

"defiro a liminar requerida para suspender a tutela de urgência proferida na Ação Anulatória de Registro Sindical nº 0000224-60.2016.5.10.0005, reativando a vigência da CCT 2016 celebrada entre o SINDBOMBEIROS e o SEPEBC/DF e as suas prerrogativas, inclusive para negociações coletivas, bem como em relação aos reajustes salariais negociados, até a decisão de mérito desta ação mandamental."

SCS. QD 06, BL A, ED ARNALDO VILLARES, S 515, Asa Sul.
Brasília - DF, CEP : 72324-900 Contato: 3037-4406E-mail: sindbombeirosdf@gmail.com Site: www.sindbombeirosdf.orgTRIBUNAL DE CONTAS DO DF
24 NOV 2016
009821
AUTUACAO CONVOCAÇÃO DE PROTOCOLO DE ARQUIVO



Sindicato dos Trabalhadores Bombeiros Profissionais do Distrito Federal
CNPJ: 07.316.380/0001-17 Registrado no MTE 46000.003925/2005-26

Além disso, o Resultado da Ação Anulatória de cláusulas Convencionais, processo nº: AACC-0000039-37.2016.5.10.0000 restou o seguinte acórdão:

(...)Ora, por tal aspecto já emergiria elemento capaz de afastar a potencial representatividade do autor(SEAC), quanto as empresas cujos interesses a parte alega defender. (...)

(...) é incontroverso que houve, quando menos no atual cenário jurídico, a regular dissociacao do autor (SEAC), com a consequente genese do segundo reu (SEPEBC). E a partir desse evento, o primeiro (SEAC) deixou de representar toda e qualquer empresa que contrate os profissionais brigadistas ou bombeiros civis, sendo-lhe defeso discutir os atos praticados pelo sindicato que deu origem. Em outras palavras, e necessaria a desconstituicao da dissociacao referida, para entao possa a parte trazer a juizo as questoes postas na peticao inicial, pois caso contrario estaríamos admitindo a existencia de vinculo juridico entre o ora autor e empresas representadas por terceiro - quid juris? Emergindo tal questao prejudicial, nao diviso espaco para adentrar ao merito das demais, julgando, assim, improcedentes os pedidos formulados.(...)

(...)Por tais fundamentos, ACORDAMos Desembargadores da egreja Primeira Secao Especializada do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Regiao, conforme certidao de julgamento (a fl. retro), aprovar o relatorio, rejeitar a preliminar de ilegitimidade ativa ad causam suscitada, admitir a acao anulatoria e, no merito, por maioria, julgar improcedentes os pedidos nos termos do voto divergente do Desembargador Joao Amilcar Pavan que redigira o acordao. Vencidas, parcialmente, apenas quanto aos fundamentos, a Desembargadora Relatora Marcia Mazoni Curcio Ribeiro e a Desembargadora Elke Doris Just. (Grifo nosso)

Sendo assim, o Sindbombeiros/DF notifica o referido órgão tomador de serviços, para que fiscalize a empresa, no tocante ao cumprimento da CCT em apreço, que encontra-se válida, eis que improcedente os pedidos da ação anulatória de cláusulas convencionais, bem como a reativação da vigência DETERMINADA POR MEDIDA LIMINAR (data base 1ª de Janeiro/16 a 31 de Dezembro/16).

Caso a empresa não tenha observados os referidos pagamentos, deverá ser notificada para cumprimento imediato, sob pena das cominações a seguir dispostas.

SCS, QD 06, BL A, ED ARNALDO VILLARES, S 515, Asa Sul.
Brasília - DF, CEP : 72324-900 Contato: 3037-4406

E-mail: sindbombeirosdf@gmail.com Site: www.sindbombeirosdf.org



Sindicato dos Trabalhadores Bombeiros Profissionais do Distrito Federal

CNPJ: 07.316.380/0001-17 Registrado no MTE 46000.003925/2005-26

Cumpre salientar que apesar da terceirização ser lícita nos termos da lei, não significa dizer que a tomadora dos serviços não possui responsabilidade, pois sua responsabilidade é de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas, conforme prevê o artigo 34 da IN-SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, *in verbis*:

Art. 34. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

§ 5º Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho.


Por outro lado, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada em CCT, bem como a sua inobservância quanto ao preceito normativo da categoria, enseja aplicação de sanções administrativas, podendo gerar em rescisão contratual, conforme estabelece o § 4º do artigo 34, da mesma Instrução Normativa supra citada, *in verbis*:

§ 4º O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

Observa-se ainda que foram realizadas inúmeras tentativas no âmbito administrativo visando solucionar o problema, porém todas restaram infrutíferas, cabendo como última alternativa administrativa a presente Notificação endereçada ao órgão gestor do contrato, que deverá tomar as devidas providências quanto ao cumprimento das obrigações da empresa terceirizada, devendo a fiscalização e o controle surtirem seus efeitos legais, pois, caso contrário, a resolução do presente incidente se dará na esfera jurisdicional, vindo a culminar na responsabilização subsidiária da tomadora de serviços quanto ao pagamento das obrigações contratuais inadimplidas pela contratada aos seus empregados e na rescisão do contrato de terceirização ora existente, além da instauração de denúncia perante o Ministério do Trabalho e Emprego, DRT's e da Procuradoria Regional do Trabalho, no que tange a inércia do órgão.

Cientifique-se o Órgão Gestor do contrato o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data do recebimento da presente Notificação para responder o presente ofício e solucionar as irregularidades nos termos da lei.

Atenciosamente;


Presidente do SINDBOMBEIROS/DF
SCS, QD 06, BL A, ED ARNALDO VILLARES, S 515, Asa Sul.
Brasília - DF, CEP: 72324-900 Contato: 3037-4406
E-mail: sindbombeirosdf@gmail.com Site: www.sindbombeirosdf.org